

2274

TEXTO PARA DISCUSSÃO

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
RURAL: UMA ANÁLISE DA
EVOLUÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS
DEMOGRÁFICAS E SOCIOECONÔMICAS
DOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO
LITORAL SUL (BA)**

**Cristiane Aparecida de Cerqueira
Antonio César Ortega
Clesio Marcelino de Jesus
Murilo José de Souza Pires**



POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL: UMA ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS E SOCIOECONÔMICAS DOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO LITORAL SUL (BA)

Cristiane Aparecida de Cerqueira¹

Antonio César Ortega²

Clesio Marcelino de Jesus³

Murilo José de Souza Pires⁴

1. Professora do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e bolsista do Ipea. *E-mail*: ccerqueira@uesc.br

2. Professor titular da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e bolsista do Ipea. *E-mail*: acortega@ufu.br

3. Professor adjunto do Instituto de Economia da UFU. *E-mail*: clesiomj@ufu.br

4. Técnico de planejamento e pesquisa do Ipea. *E-mail*: murilo.pires@ipea.gov.br

Governo Federal

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Ministro interino Dyogo Henrique de Oliveira

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Ernesto Lozardo

Diretor de Desenvolvimento Institucional, Substituto

Carlos Roberto Paiva da Silva

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

João Alberto De Negri

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

José Ronaldo de Castro Souza Júnior

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Alexandre Xavier Ywata de Carvalho

Diretora de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação e Infraestrutura

Fernanda De Negri

Diretora de Estudos e Políticas Sociais

Lenita Maria Turchi

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

Sérgio Augusto de Abreu e Lima Florêncio Sobrinho

Chefe de Gabinete

Silvana Nascimento Neves

Assessora-chefe de Imprensa e Comunicação

Regina Alvarez

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Texto para Discussão

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos direta ou indiretamente desenvolvidos pelo Ipea, os quais, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões.

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2017

Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica
Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 1990-

ISSN 1415-4765

1. Brasil. 2. Aspectos Econômicos. 3. Aspectos Sociais.
I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

CDD 330.908

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

JEL: O18; D71; O29

SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO	7
2 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL.....	10
3 EVOLUÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS E SOCIOECONÔMICAS DOS MUNICÍPIOS DO TLS.....	13
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
REFERÊNCIAS	33

SINOPSE

Este trabalho tem como objetivo analisar a evolução das características demográficas e socioeconômicas dos municípios pertencentes ao Território Litoral Sul (TLS), no estado da Bahia, com o intuito de verificar se a inserção em programas públicos de uso do enfoque territorial vem propiciando maior desenvolvimento rural. Para o estudo dos dados relativos aos aspectos geográficos, demográficos e socioeconômicos, foram utilizados o método estatístico-descritivo e a análise comparativa. Os resultados apontam que o TLS – marcadamente de perfil rural – manteve características demográficas que dificultaram a coesão territorial, com vistas à construção de projeto que superasse a visão dicotômica rural-urbana. Suas condições socioeconômicas apresentaram melhoria nos indicadores de pobreza, por exemplo; porém, o território ainda não pode ser classificado como de elevado desenvolvimento.

Palavras-chave: pobreza; desigualdade; desenvolvimento territorial.

ABSTRACT

This article aims to analyze the evolution of the demographic and socioeconomic characteristics of the municipalities belonging to the Territory South Coast in the state of Bahia, in order to verify whether the inclusion in public programs of the territorial approach use is providing a greater rural development. For the analysis of data on geographic, demographic and socioeconomic, we used the statistical-descriptive method and comparative analysis. The results show that the Territory South Coast, markedly rural profile, maintained demographic characteristics that hampered territorial cohesion with a view to building a project that would overcome the rural-urban dichotomy. Their socioeconomic conditions showed improvement in poverty indicators, for example, but the territory still can not be classified as high development.

Keywords: poverty; inequality; territories development.

1 INTRODUÇÃO

O estado da Bahia apresenta elevada pobreza e desigualdade regional. Os indicadores são ainda mais assimétricos quando se compara o meio rural ao meio urbano. Apesar disso, e reconhecendo-se a problemática de enfrentar esses problemas a partir desses cortes, as políticas públicas que utilizam o enfoque territorial buscam construir uma estratégia de desenvolvimento que visa à superação da dicotomia rural-urbano.¹

A partir de seis diferentes dimensões (moradia, saneamento, educação, trabalho, renda e demografia), por meio do indicador multidimensional de pobreza (IMP), é possível constatar aquela assimetria no território baiano no início do século XXI. De acordo com o IMP, para 2001, na região metropolitana (RM) de Salvador, a proporção de indivíduos pobres era bem menor (30,61%) do que o verificado para as áreas urbanas não metropolitanas (47,53%) e rurais não metropolitanas (66,26%). A proporção de pobres nas áreas urbanas não metropolitanas era a que mais se aproximava da média do estado (49,67%) (Lacerda, 2009).²

Ainda com base no IMP – ao comparar-se 2001 e 2006, à exceção da área metropolitana –, verifica-se que houve redução na proporção de pobres em todo o estado da Bahia, que passou de 49,67% para 46,78%. No meio urbano não metropolitano, a proporção de pobres diminuiu de 47,53% para 44,8%. No meio rural não metropolitano, deu-se o mesmo fenômeno, e a proporção de pobres reduziu-se de 66,26% para 57,95%. Portanto, entre 2001 e 2006, a diminuição da pobreza foi mais expressiva na área rural, embora esta ainda permaneça mais elevada na área rural que nas outras áreas (Lacerda, 2009).

A superação da pobreza e a redução da desigualdade por meio da constituição de programas públicos de desenvolvimento territorial rural foi estabelecido no Plano Plurianual (PPA) 2008-2011 da Bahia, que propõe a implementação de um novo modelo

1. Para mais detalhes sobre o tema, ver Ortega (2008).

2. O trabalho de Lacerda (2009) analisa a pobreza na Bahia em 1995, 2001 e 2006, a partir da abordagem das necessidades básicas e das capacitações, definindo a pobreza como a insatisfação das necessidades humanas básicas que impede o indivíduo de desenvolver e ampliar suas capacitações. Aplica o método de análise de correspondências múltiplas no cálculo de um indicador multidimensional de pobreza (IMP), que é composto por um conjunto de variáveis qualitativas como indicadores primários de privação.

de desenvolvimento para o estado, com vistas a alcançar maior dinamismo produtivo com inclusão social. Assim, foi reconhecida a relevância da adoção de modelo semelhante ao da política de planejamento territorial do governo federal. Foram incorporadas, dessa maneira, as diretrizes do Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Programa TRs), criado em 2003, sob a responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), no âmbito do então Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). De acordo com o governo federal, as microrregiões rurais devem ser priorizadas pelas políticas públicas, com base nos elementos de coesão social e territorial, priorizando-se aquelas com baixo dinamismo, elevada pobreza e concentração do público prioritário – agricultores familiares, famílias assentadas pela reforma agrária e agricultores beneficiários do reordenamento agrário, por exemplo (Cerqueira, 2015).

Assim, em 2007, o estado baiano foi subdividido em territórios de identidade (TIs), estabelecidos por meio da Lei nº 10.705, de 14 de novembro de 2007, os quais passariam a ter uma gestão social, a partir da constituição de fóruns formados pela sociedade civil e poder público. Porém, ao reconhecer que os TRs foram originalmente concebidos para atender especificamente a agricultura familiar, quilombolas e ribeirinhos, o governo da Bahia realizou alguns ajustes, com vistas à ampliação das populações envolvidas e ao maior alcance dos diferentes setores econômicos e espaços, tanto rurais como urbanos (Pomponet, 2012; Bahia, 2007).

Todavia, a incapacidade de superar a visão setorial e a falta de articulação das ações e programas ministeriais prejudicaram a consolidação dos TRs (Silva, 2012; Ortega, 2008). Por isso, buscando aperfeiçoar e ampliar as políticas públicas de desenvolvimento territorial rural, o governo federal constituiu, a partir dos TRs, os territórios da cidadania (TCs), instituídos em 2008. O programa TCs – como uma nova institucionalidade, que envolve um grande número de ações ministeriais – objetiva ser capaz de identificar e atuar, prioritariamente, a partir da sinergia existente em um grupo de municípios com maior nível de carências e grande concentração da pobreza rural, no intuito de promover o desenvolvimento (Brasil, 2008).

Sendo assim, o objetivo desse trabalho é analisar a evolução das características demográficas e socioeconômicas dos municípios pertencentes ao Território Litoral Sul (TLS), localizado no estado da Bahia, na intenção de verificar se – após a instituição dos programas territoriais rurais e ao longo dos anos – os referidos municípios

experimentaram o desenvolvimento. Especificamente, são avaliadas as características geográficas e demográficas, com a finalidade de verificar se o território tem, de fato, perfil rural e condições de promover a coesão territorial. As condições de desenvolvimento são apresentadas sinteticamente por meio do índice de desenvolvimento humano municipal (IDH-M), mas também são descritas algumas particularidades da situação da educação, da saúde, da pobreza, da renda, da receita municipal, de ocupados, de estabelecimentos rurais e da estrutura da economia.

Para a coleta dos dados de cada município do TLS, foi utilizada a pesquisa documental; esta se vale de materiais que não receberam tratamento analítico (Gil, 2000). Como fonte dos dados, foram utilizados documentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); especificamente, o Censo Demográfico (2000 e 2010) e o Censo Agropecuário (1995-1996 e 2006), documentos do Tesouro Nacional (2000 e 2010) e o Atlas do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) (2000 e 2010).

Para a análise desses dados municipais, utilizaram-se os métodos estatístico-descritivo e o comparativo. Segundo Lima (2004), o método estatístico-descritivo envolve a organização dos dados, bem como sua síntese e descrição. Para isso, emprega-se, por exemplo, o cálculo de média, proporção, moda, desvio-padrão, valores mínimos e máximos, entre outros exemplos; informações úteis em pesquisas de caráter descritivo ou analítico. O método de análise comparativo também foi utilizado, por ser útil na investigação de indivíduos, classes, fenômenos ou fatos, com vistas a ressaltar as diferenças e as similaridades, separadas pelo espaço e pelo tempo (Gil, 2000).

Este trabalho está subdividido em três seções, além desta introdução. A segunda seção discute de forma breve a relação entre o planejamento e o desenvolvimento (territorial e rural), ressaltando a definição de território e as premissas da política de desenvolvimento territorial rural e dos programas de TRs e TCs. A terceira seção apresenta os resultados das análises estatística-descritiva e comparativa dos dados municipais, aplicadas no intuito de avaliar a evolução das características demográficas e socioeconômicas dos municípios que compõem o TLS. A quarta e última seção traz as considerações finais.

2 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL

Considerando-se as transformações socioeconômicas e a reestruturação institucional ocorridas nos últimos anos do século XX, principalmente na etapa do desenvolvimento capitalista denominado de globalização, novas abordagens teóricas e analíticas passaram a propor políticas governamentais alternativas para o processo de desenvolvimento rural. Nesse recente enfoque do rural, sugere-se mudar a associação setorial (agropecuária) para uma espacial; inclusive, em algumas propostas, indica-se a combinação de ações do tipo *top-down* (desde cima) com as do tipo *bottom-up* (desde baixo), não limitadas ao produtor, mas que inclua rede ampla de atores – inclusive urbanos – pertencentes aos espaços territoriais. Esses estudos recomendam o território como a melhor unidade de referência para se realizar os processos de diagnóstico, formulação e gestão do desenvolvimento rural (Schneider, 2004).

Ellis (2000) apresenta uma nova abordagem para o desenvolvimento rural, a partir da diversificação das possibilidades de rendas, ações e iniciativas – ou seja, um conjunto de estratégias de sobrevivência, existentes nas próprias localidades, capazes de garantir a reprodução social, cultural e econômica. Por isso, por desenvolvimento rural, é possível apreender “um conjunto de ações e práticas que visam reduzir a pobreza em áreas rurais, visando estimular um processo de participação que empodera (*empowerment*) os habitantes rurais, tornando-os capazes de definir e controlar suas prioridades para a mudança” (Schneider, 2004, p. 95).

Nesse sentido, o desenvolvimento rural é definido como:

um processo que resulta de ações articuladas, que visam induzir mudanças socioeconômicas e ambientais no âmbito do espaço rural para melhorar a renda, a qualidade de vida e o bem-estar das populações rurais. Dadas as especificidades e particularidades do espaço rural determinadas pelos condicionantes sociais, econômicos, edafoclimáticos e tecnológicos, o desenvolvimento rural refere-se a um processo evolutivo. (Schneider, 2004, p. 99).

Dessa forma, Schejtman e Berdegú (2003) propõem a constituição de uma arquitetura institucional, em que o Estado e a sociedade civil operem de forma conjugada e complementar, com vistas ao desenvolvimento territorial rural. Para tanto, sugerem a implementação de programas e ações que possam produzir transformações produtivas e institucionais, compreendam o rural no seu sentido amplo, desenvolvam capacitações

e iniciativas baseadas na identidade local, bem como superem os problemas estruturais, relacionados às desigualdades e à pobreza.

No caso de países em desenvolvimento, as experiências de políticas governamentais que utilizam o enfoque territorial estão dirigidas principalmente a territórios economicamente deprimidos. Segundo Ortega:

Os territórios economicamente deprimidos são constituídos por municípios com níveis baixos de desenvolvimento, de ritmo de crescimento e do potencial de desenvolvimento. Seus indicadores sociais (educação, saúde e mortalidade) ficam aquém da média nacional, assim como sua capacidade institucional (avaliada pelo grau de participação local em sua gestão, sua capacidade financeira e gerencial). (Ortega, 2011, p. 2).

Contudo, compreender o processo que resulta no desenvolvimento territorial rural requer o entendimento claro do que envolve a expressão “território”. Haesbaert (2006) ressalta que o território sempre é constituído da dimensão simbólica ou cultural (imaterialidade) e da dimensão material, de natureza política e econômica; por isso, sugere que os estudos sobre território devam partir de uma visão integradora, pois:

O fato de considerarmos o território num sentido amplo, multidimensional e multiescalar, jamais restringindo-o a um espaço uniescalar como o do Estado-nação, não implica em (*sic*) menosprezar suas especificidades geo-históricas, sua diferenciação de acordo com os contextos históricos e geográficos em que é produzido. (Haesbaert, 2006, p. 96).

Por isso, nenhum corte espacial pode ser passivo, sem contexto institucional e histórico, porque as escalas não são exatas e imutáveis, mas esculpidas – material e simbolicamente – em processos, por natureza, sociais. Assim, as escalas revelam processos sociais, econômicos e políticos particulares (Brandão, 2007; 2011). Logo, o território é uma área geográfica de construção de um projeto político-institucional em torno de objetivos comuns. Ou seja, no território, projetos produtivos, sociais, culturais e ambientais são liderados por um projeto dominante, cognominado de “ideia-guia” (Correa, Silva e Neder, 2007).

De acordo com Perico (2009), é a identidade que permite a coesão territorial, que se manifesta por meio de traços socioculturais, sociogeográficos, socioeconômicos e sociopolíticos. A identidade compreende compartilhar valores, costumes, princípios, crenças, simbologias e formas de vida em um espaço. A identidade possibilita o *pacto* territorial.

Assim, para Abramovay (2006), os territórios deixam de ser definidos por limites físicos e passam a ser constituídos pelas interações sociais (cooperação, partilha de conhecimentos e experiências), destacando-se o papel dos atores e das organizações no processo de crescimento do território.

Em relação à delimitação de um território, por exemplo, segundo Jesus (2013), a demarcação de territórios na Espanha dá-se a partir de um número de habitantes e municípios e do tamanho máximo da área, muitas vezes menor que os territórios brasileiros induzidos por políticas públicas. Assim – com o objetivo de promover a coesão histórica, cultural, social e econômica –, a delimitação de áreas próximas e homogêneas, que possuem necessidades e expectativas comuns, tem viabilizado a construção de pactos territoriais concertados exitosos. Tomando como exemplo dois TRs pioneiros espanhóis, o autor descreve que o território *médio Guadalquivir* agrupa treze municípios, com área total de 1.161,2 km², cuja população total é de 97.112 habitantes; já os territórios Guadajoz e Campiña agrupam somente cinco municípios, em 727,5 km², e população de 39.661 habitantes.

No Brasil, na esfera da SDT, território é definido como:

Espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. [Já os TRs] São territórios onde os critérios multidimensionais que os caracterizam, bem como os elementos mais marcantes que facilitam a coesão social, cultural e territorial, apresentam, explícita ou implicitamente, a predominância de elementos “rurais”. Nesses territórios, incluem-se os espaços “urbanizados” que compreendem pequenas e médias cidades, vilas e povoados (Ortega, 2008, p.165-166).

Desse modo, segundo a SDT, para ser caracterizado como TR, deve prevalecer o ambiente natural pouco modificado, atividades agrícolas, silvicultoras e pastoril, pequena população e baixa densidade demográfica, além de hábitos e tradições culturais próprias do meio rural e economia de base primária, sem desconsiderar os encadeamentos das atividades secundárias e terciárias. Um município é classificado como rural quando possui densidade demográfica de até 80 hab/km² e população total até 50 mil habitantes. Já uma microrregião geográfica é considerada rural quando possui densidade demográfica de até 80 hab/km² e população média de 50 mil habitantes por município componente (Silva, 2012; Correa, Silva e Neder, 2007; Ortega, 2008).

Na prática, a divisão territorial proposta pela SDT, seguindo tais critérios resultou em territórios com características bastante heterogêneas e de grande extensão. Tomando-se como referência a demografia, na Bahia, entre os TRs, de um lado está o Território Baixo Sul, com 7.141 km², 336.511 habitantes em 2010 e densidade demográfica de 47,12 habitantes por km², de outro lado, está o Território Velho Chico, com 45.987 km², 370.095 habitantes em 2010 e densidade demográfica de 8,05 habitantes por km².

Por conseguinte, as políticas públicas devem reconhecer as diversidades regionais e se adequarem às peculiaridades, em sua dimensão física, econômica, social e cultural. Os projetos devem considerar as desigualdades sociais e regionais, como resultado de problemas histórico-estruturais das sociedades. Também se torna necessária uma articulação institucional microrregional e intermunicipal, que forma arranjos socioprodutivos; estes identificam seus principais problemas e exploram vantagens comparativas e competitivas de atributos. Dessa forma, constituiu-se um novo espaço territorial, que viabiliza um pacto intermunicipal em torno de um projeto comum de desenvolvimento territorial (Ortega, 2008).³

3 EVOLUÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS E SOCIOECONÔMICAS DOS MUNICÍPIOS DO TLS

Esta seção traz uma discussão sobre a coesão territorial e o processo de desenvolvimento territorial rural, por meio da descrição e análises da dimensão física (geográfica), das especificidades demográficas e socioeconômicas dos municípios do TLS, ao longo de dez anos. A dimensão física e o perfil demográfico indicaram que o território apresentava dificuldades de coesão territorial, pois trata-se de território bastante extenso e populoso, particularmente quando comparado aos territórios espanhóis, por exemplo. O Território Litoral Sul ocupa área de 14.664,70 km². Em 2000, 843.901 pessoas residiam no território; Ilhéus, com a maior população, 222.127 moradores, e São José da Vitória, com a menor população, 6.210 pessoas (tabela 1).

3. A emergência de um pacto territorial não significa ignorar os conflitos inter e intraclasse, mas sim uma ação estratégica dos distintos segmentos sociais em que todos ganham, ainda que nem todos obtenham o que gostariam.

TABELA 1
Características demográficas e geográficas (população residente, área e densidade demográfica) – municípios do TLS (Bahia) (2000 e 2010)

Município	População (2000)	População (2010)	População (Δ) ¹	Área (km ²) (2010)	Densidade demográfica (2000)	Densidade demográfica (2010)
Almadina	7.862	6.357	-19,14	251,1	31,31	25,32
Arataca	11.218	10.392	-7,36	375,2	29,90	27,70
Aurelino Leal	17.149	13.595	-20,72	457,8	37,46	29,70
Barro Preto	8.602	6.453	-24,98	128,4	66,99	50,26
Buerarema	19.118	18.605	-2,68	230,5	82,94	80,72
Camacan	31.055	31.472	1,34	626,7	49,55	50,22
Canavieiras	35.322	32.336	-8,45	1.327,0	26,62	24,37
Coaraci	27.852	20.964	-24,73	282,6	98,56	74,18
Floresta Azul	11.614	10.660	-8,21	293,5	39,57	36,32
Ibicaí	28.861	24.272	-15,90	231,9	124,45	104,67
Ilhéus	222.127	184.236	-17,06	1.760,0	126,21	104,68
Itabuna	196.675	204.667	4,06	432,2	455,06	473,55
Itacaré	18.120	24.318	34,21	737,9	24,56	32,96
Itaju do Colônia	8.580	7.309	-14,81	1.222,7	7,02	5,98
Itajuípe	22.511	21.081	-6,35	284,5	79,12	74,10
Itapé	14.639	10.995	-24,89	459,4	31,87	23,93
Itapitanga	10.382	10.207	-1,69	408,4	25,42	24,99
Jussari	7.556	6.474	-14,32	356,8	21,18	18,14
Maraú	18.366	19.101	4,00	823,4	22,31	23,20
Mascote	16.093	14.640	-9,03	772,5	20,83	18,95
Pau Brasil	13.048	10.852	-16,83	606,5	21,51	17,89
Santa Luzia	15.503	13.344	-13,93	774,9	20,01	17,22
São José da Vitória	6.210	5.715	-7,97	72,5	85,66	78,83
Ubaitaba	23.854	20.691	-13,26	178,8	133,41	115,72
Una	31.261	24.110	-22,88	1.177,5	26,55	20,48
Uruçuca	20.323	19.837	-2,39	392,0	51,84	50,60
Total	843.901	772.683	-8,44	14.664,70	57,55	52,69
Média (simples)	32.458	29.719		564,03		

Fonte: IBGE (2013) e Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Disponível em: <<http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/>>. Acesso em: 10 out. 2014.

Nota: ¹ Variação da população entre 2000 e 2010.

Entre 2000 a 2010, houve redução de 8,44% da população residente no território, mas que ainda permaneceu elevada (772.683 pessoas); trajetória de queda diferente da tendência nacional, que foi de crescimento da população em 12,34%. Quase todos os municípios registraram diminuição da população residente, com destaque para Barro Preto (-24,98%), Itapé (-24,89) e Coaraci (-24,73%). Itacaré, em um curso avesso, teve aumento de 34,21% no número de moradores. Em 2010,

Itabuna destacou-se com a maior população, 204.667 habitantes, e São José da Vitória continuou com o menor número de moradores, 5.715 habitantes (tabela 1).

Em termos de população média e densidade demográfica, o território pôde ser classificado como rural. Tanto em 2000 como em 2010, a população média do território (32.458 e 29.719 habitantes) e a densidade demográfica (57,55 e 52,69, respectivamente) seguem os critérios estabelecidos pela SDT. Mas Itabuna, com densidade demográfica acima de quatrocentas pessoas, não tinha perfil rural, ao contrário de Itajú do Colônia, cuja densidade demográfica não chegou a dez pessoas (tabela 1).

Para compreender melhor a demografia do TLS, torna-se importante detalhar a disposição da população urbana e rural (tabela 2). No referido território, entre 2000 e 2010, a população urbana diminuiu de 636.670 para 632.787 pessoas, queda de apenas 0,61%. Nesse período, muitos municípios sofreram redução no montante de moradores do meio urbano. Porém, a participação da população urbana aumentou e permaneceu elevada, 75,44% e 81,89%, respectivamente. Itabuna registrou a maior população urbana (191.184 e 199.643 pessoas, respectivamente), com participação acima de 97% de sua população total. Mas foi em Itacaré que houve a maior variação positiva da população urbana, 71,58% (tabela 2).

No TLS, entre 2000 e 2010, a população rural reduziu-se de 207.231 pessoas para 139.896 pessoas (queda de 32,49%), e a participação da população rural diminuiu de 24,56% para 18,11%. Quase todos os municípios do referido território experimentaram variação negativa do número de moradores do campo. No entanto, Barro Preto (-66,37%), Coaraci (-59,98%) e Ilhéus (-51,74%) foram os municípios que mais registraram queda da população rural. Contudo, nesse período, Ilhéus permaneceu com o maior volume de habitantes no meio rural (60.002 e 28.955 pessoas, respectivamente), e Maraú, com a maior participação de residentes rurais em relação ao total, 84,49% e 81,36%, respectivamente (tabela 2).

Além de Maraú, vários municípios do TLS apresentaram grande proporção da população residente no meio rural. Em 2000, Itacaré (56,12%), Una (51,14%) e Arataca (51,12%) registravam a maioria dos moradores no campo. Embora com percentuais mais reduzidos, em 2010, Arataca (46,23%), Itacaré (43,9%) e Santa Luzia (39,51%) destacaram-se com maior participação da população rural (tabela 2).

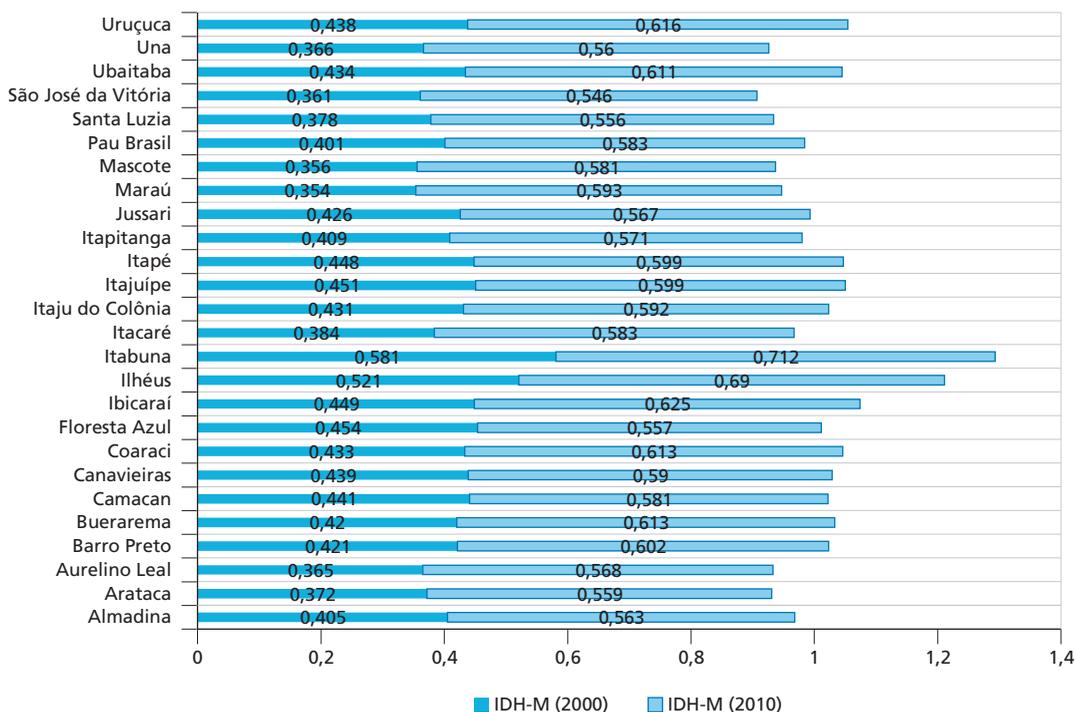
TABELA 2
População urbana e população rural – municípios do TLS (Bahia) (2000 e 2010)

Município	População urbana				População rural					
	Total (2000)	Total (2010)	Variação (Δ)	Participação (%) (2000)	Participação (%) (2010)	Total (2000)	Total (2010)	Variação (Δ)	Participação (%) (2000)	Participação (%) (2010)
Almadina	5.416	5.080	-6,20	68,89	79,91	2.446	1.277	-47,79	31,11	20,09
Aratoca	5.483	5.588	1,92	48,88	53,77	5.735	4.804	-16,23	51,12	46,23
Aurelino Leal	13.940	11.426	-18,03	81,29	84,05	3.209	2.169	-32,41	18,71	15,95
Barro Preto	5.159	5.295	2,64	59,97	82,05	3.443	1.158	-66,37	40,03	17,95
Buerarema	16.249	15.277	-5,98	84,99	82,11	2.869	3.328	16,00	15,01	17,89
Camacan	24.282	24.685	1,66	78,19	78,43	6.773	6.787	0,21	21,81	21,57
Canavieiras	26.343	25.903	-1,67	74,58	80,11	8.979	6.433	-28,36	25,42	19,89
Coaraci	23.269	19.130	-17,79	83,55	91,25	4.583	1.834	-59,98	16,45	8,75
Floresta Azul	7.548	7.343	-2,72	64,99	68,88	4.066	3.317	-18,42	35,01	31,12
Ibicaraí	19.333	17.885	-7,49	66,99	73,69	9.528	6.387	-32,97	33,01	26,31
Ilhéus	16.2125	15.5281	-4,22	72,99	84,28	60.002	28.955	-51,74	27,01	15,72
Itabuna	19.1184	19.9643	4,42	97,21	97,55	5.491	5.024	-8,50	2,79	2,45
Itacaré	7.951	13.642	71,58	43,88	56,10	10.169	10.676	4,99	56,12	43,90
Itaju do Colônia	6.441	5.860	-9,02	75,07	80,18	2.139	1.449	-32,26	24,93	19,82
Itajuípe	16.123	16.839	4,44	71,62	79,88	6.388	4.242	-33,59	28,38	20,12
Itapé	8.666	7.180	-17,15	59,20	65,30	5.973	3.815	-36,13	40,80	34,70
Itapitanga	7.095	7.591	6,99	68,34	74,37	3.287	2.616	-20,41	31,66	25,63
Jussari	5.124	4.876	-4,84	67,81	75,32	2.432	1.598	-34,29	32,19	24,68
Mairáú	2.849	3.561	24,99	15,51	18,64	15.517	15.540	0,15	84,49	81,36
Mascote	11.853	11.679	-1,47	73,65	79,77	4.240	2.961	-30,17	26,35	20,23
Pau Brasil	8.740	7.382	-15,54	66,98	68,02	4.308	3.470	-19,45	33,02	31,98
Santa Luzia	8.329	8.072	-3,09	53,73	60,49	7.174	5.272	-26,51	46,27	39,51
São José da Vitória	5.154	5.162	0,16	83,00	90,32	1.056	553	-47,63	17,00	9,68
Ubaitaba	18.582	17.598	-5,30	77,90	85,05	5.272	3.093	-41,33	22,10	14,95
Una	15.274	15.030	-1,60	48,86	62,34	15.987	9.080	-43,20	51,14	37,66
Uruçuca	14.158	15.779	11,45	69,66	79,54	6.165	4.058	-34,18	30,34	20,46
Total	636.670	632.787	-0,61	75,44	81,89	207.231	139.896	-32,49	24,56	18,11

Fonte: IBGE (2013) e Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Disponível em: <<http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/>>. Acesso em: 10 out. 2014.

A queda da população revela que o território vem perdendo dinamismo econômico por vários motivos, um destes é a crise por que passou o setor cacauieiro, importante atividade econômica no território. Com a queda na produção e dos preços do cacau, toda a cadeia foi impactada, o que reduziu a atividade econômica nos municípios. Sem uma atividade geradora de ocupação de postos de trabalhos, muitos migraram para outras partes do país. Vide o caso de Ilhéus, que perdeu mais da metade da população rural; da mesma forma que Barro Preto e Coaraci. Ademais, a política de desenvolvimento territorial ainda não contribuiu para evitar a saída de parte da população. Ao contrário, Itacaré, por causa do turismo, vem dinamizando a atividade econômica do município, o que levou a um impacto positivo da população.

GRÁFICO 1
IDH-M dos municípios – TLS (Bahia) (2000 e 2010)



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Disponível em: <<http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/>>. Acesso em: 10 out. 2014.

Como síntese das condições dos municípios que compõem o TLS, o IDH⁴ é capaz de informar resumidamente as características econômicas e sociais. Em 2000, Itabuna (0,581) e Ilhéus (0,521) eram os únicos municípios classificados como de baixo IDH; os demais municípios do território eram categorizados como de nível muito baixo de IDH (gráfico 1).

Entre 2000 e 2010, todos os municípios ampliaram seu índice de desenvolvimento e, por isso, sua classificação. Em 2010, Itabuna (0,712) e Ilhéus (0,690) permaneceram como os municípios mais desenvolvidos, tornando-se de alto e médio desenvolvimento, respectivamente. Também qualificado como de médio IDH estava Uruçuca (0,616), Ubaitaba (0,611), Ibicaraí (0,625), Coaraci (0,613) e Buerarema (0,613). Considerando-se o território como um todo, entre 2000 e 2010, o IDH⁵ aumentou de 0,481 (desenvolvimento muito baixo) para 0,646 (médio desenvolvimento) (gráfico 1). Por certo, análises dos indicadores que compõem o IDH ajudam a entender a evolução do desenvolvimento nos municípios do território; sendo assim, as discussões sobre as condições sociais e econômicas serão também aqui realizadas.

A tabela 3 traz algumas informações sobre as condições sociais dos municípios que formam o TLS, tais como a taxa de analfabetismo, a esperança de vida ao nascer e a mortalidade infantil. Em 2000, os municípios com as maiores taxas de analfabetismo eram Marauí (47,88%), Arataca (43,56%) e Aurelino Leal (41,17%). Os com as menores taxas de analfabetos eram Itabuna (16,15%) e Ilhéus (21,8%). Entre 2000 e 2010, todos os municípios tiveram queda no percentual de pessoas analfabetas. Em 2010, Arataca (34,35%) e Almadina (34,22%) lideravam o *ranking* dos municípios com as maiores taxas de analfabetismo; Itabuna (10,94%) e Ilhéus (13,25%) permaneceram com os menores níveis de analfabetos. Para o território como um todo, entre 2000 e 2010, a taxa de analfabetismo reduziu de 26,89% para 18,82%.

4. O índice de desenvolvimento humano municipal (IDH-M) combina três componentes básicos: a longevidade, que reflete as condições de saúde da população, medida pela esperança de vida ao nascer; a educação, medida pela combinação da taxa de alfabetização de adultos e taxa combinada de matrícula nos três níveis de ensino; e a renda, medida baseada no produto interno bruto (PIB) *per capita* ajustado ao custo de vida local como paridade do poder de compra (PPC). O IDH-M é um número que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de um município. As faixas desse índice são: entre 0 e 0,499 (muito baixo); entre 0,500 e 599 (baixo); entre 0,600 e 0,699 (médio); entre 0,700 e 0,799 (alto); e entre 0,80 e 1,0 (muito alto) (Cerqueira, 2015).

5. Estimado pela média ponderada.

TABELA 3
Taxa de analfabetismo, esperança de vida ao nascer e mortalidade infantil – municípios do TLS (BA) (2000 e 2010)

Município	Taxa de analfabetismo (%) (2000)	Taxa de analfabetismo (%) (2010)	Esperança de vida ao nascer (anos) (2000)	Esperança de vida ao nascer (anos) (2010)	Mortalidade infantil (2000)	Mortalidade infantil (2010)
Almadina	38,05	34,22	64	70	44	27
Arataca	43,56	34,35	63	70	49	26
Aurelino Leal	41,17	29,26	63	71	51	26
Barro Preto	31,69	28,31	62	70	54	29
Buerarema	33,01	25,03	63	71	50	24
Camacan	31,90	24,57	63	71	49	24
Canavieiras	29,15	21,05	65	73	42	20
Coaraci	32,71	25,16	66	71	38	25
Floresta Azul	34,52	30,89	66	69	39	31
Ibicaraí	31,44	23,03	63	71	51	25
Ilhéus	21,80	13,25	67	73	34	18
Itabuna	16,15	10,94	69	73	30	18
Itacaré	37,59	24,63	65	73	43	18
Itaju do Colônia	36,30	27,77	63	68	50	32
Itajuípe	29,54	23,42	64	71	44	26
Itapé	32,65	24,93	68	71	33	25
Itapitanga	40,44	27,63	64	71	46	25
Jussari	32,38	31,81	64	67	44	38
Maraú	47,88	27,25	65	73	42	19
Mascote	40,08	32,95	62	70	55	29
Pau Brasil	39,81	30,67	60	69	61	32
Santa Luzia	38,30	32,31	63	71	48	24
São José da Vitória	36,52	30,62	64	66	46	41
Ubaitaba	31,23	23,19	64	71	47	24
Una	40,40	27,41	63	68	50	35
Uruçuca	34,43	23,58	68	70	33	26
Total	902,7	688,23	1.672	1.832	1.173	687
Média ponderada	26,89	18,82	66	72	40	22

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Disponível em: <<http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/>>. Acesso em: 10 out. 2014.
Obs.: A mortalidade infantil está descrita em 1 mil crianças nascidas vivas.

Em 2000, Itabuna (69), Itapé (68) e Uruçuca (68) registravam as maiores esperança de vida ao nascer; Pau Brasil era o município com menor expectativa de vida da população, 60 anos. Entre 2000 e 2010, cresceu a esperança de vida em todos os municípios do território, quando no último ano se alcançou 73 anos em Canavieiras, Ilhéus, Itabuna, Itacaré e Maraú; contudo, em São José da Vitória, a expectativa da população foi de viver apenas 66 anos. Com relação ao território, a esperança de vida ao nascer aumentou de 66 para 72 anos (tabela 3).

Em 2000, a mortalidade infantil era mais elevada em Pau Brasil, Mascote e Barro Preto, pois alcançava, respectivamente, 61, 55 e 54 crianças entre 1 mil nascidas vivas. Entre 2000 e 2010, a mortalidade infantil foi reduzida em cada município do território. Em 2010, Jussari passou a registrar a maior mortalidade de crianças com até 1 ano de idade, no total de 38 crianças; enquanto Ilhéus, Itabuna e Itacaré alcançaram o menor volume, dezoito crianças mortas entre as 1 mil nascidas vivas. Entre 2000 e 2010, o território tem diminuído a mortalidade infantil, de quarenta para 22 crianças (tabela 3).

A tabela 4 descreve o percentual de pobres e extremamente pobres nos municípios do TLS. Essas informações são usadas como critério para que um município e/ou uma microrregião geográfica participe dos programas de desenvolvimento territorial. Considerados como pobres aqueles indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$ 140,00⁶ mensais, em 2000, embora em níveis elevados, Itabuna (36,16%) e Ilhéus (46,36%) apresentavam os menores percentuais de pobres. Os demais municípios registravam valores superiores a esses, quando Aurelino Leal e Marauá se sobressaíam com 75,02% e 74,25% de pobres, respectivamente.

TABELA 4
Pobres e extremamente pobres – municípios do TLS (BA) (2000 e 2010)
(Em %)

Município	Pobres (2000)	Pobres (2010)	Extremamente pobres (2000)	Extremamente pobres (2010)
Almadina	66,24	38,08	30,38	12,12
Arataca	67,99	38,64	34,36	12,78
Aurelino Leal	75,02	36,60	41,84	12,91
Barro Preto	59,62	34,48	27,88	15,21
Buerarema	61,36	34,68	28,69	13,31
Camacan	58,12	38,74	26,50	16,75
Canavieiras	52,13	30,85	21,93	12,62
Coaraci	61,01	29,86	28,31	11,34
Floresta Azul	61,62	38,11	27,90	19,11
Ibicaraí	61,06	32,19	32,05	13,41
Ilhéus	46,36	19,66	20,09	6,86
Itabuna	36,16	17,09	13,88	6,12
Itacaré	69,24	36,47	37,62	16,08
Itaju do Colônia	59,78	37,65	25,19	12,46
Itajuípe	60,59	28,49	29,76	10,53

(Continua)

6. Em reais de agosto de 2010.

(Continuação)

Município	Pobres (2000)	Pobres (2010)	Extremamente pobres (2000)	Extremamente pobres (2010)
Itapé	63,75	34,17	29,16	13,40
Itapitanga	67,38	36,57	34,23	15,75
Jussari	61,17	37,14	22,97	14,75
Maraú	74,25	44,19	42,38	22,23
Mascote	68,75	46,08	39,32	24,05
Pau Brasil	60,72	41,50	30,40	22,52
Santa Luzia	64,62	35,70	29,89	13,38
São José da Vitória	66,23	38,68	32,82	12,55
Ubaitaba	62,24	35,38	32,39	13,75
Una	67,46	34,41	36,21	17,45
Uruçuca	60,42	25,88	29,60	9,46
Total	1.613,29	901,29	785,75	370,90
Média ponderada	52,39	26,73	24,25	10,64

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Disponível em: <<http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/>>. Acesso em: 10 out. 2014.

Em 2010, em todos os municípios, houve redução significativa do percentual da população em estado de pobreza. Aurelino Leal passou a registrar 36,6% de pobres, e Maraú, 44,19%. Mascote foi o município que apresentou o maior percentual de pobreza, 46,08%; todavia, Itabuna e Ilhéus permaneceram ocupando a posição dos municípios com os menores percentuais de pobreza, 17,09% e 19,66%, respectivamente. Entre 2000 e 2010, o território passou de situação de 52,39% para a condição de 26,73% de indivíduos classificados como pobres (tabela 4).

Em relação ao percentual de indivíduos considerados extremamente pobres, como aqueles cuja renda familiar *per capita* é igual ou inferior a R\$ 70,00,⁷ comportamento semelhante é verificado. Em 2000, Itabuna (13,88%) e Ilhéus (20,09%) apresentavam os menores percentuais de pessoas extremamente pobres. Os demais municípios registravam valores superiores a esses, quando Maraú e Aurelino Leal se sobressaíam, com 42,38% e 41,84% de indivíduos extremamente pobres, respectivamente (tabela 4).

Em 2010, todos os municípios tiveram redução significativa do percentual da população em estado de extrema pobreza.⁸ Maraú passou a registrar 22,20% de

7. Em reais de agosto de 2010.

8. Nos últimos dez anos, a condição de vida dos brasileiros melhorou como resultado de políticas sociais, da política de valorização do salário mínimo e do próprio desempenho da economia. Mas é preciso salientar o papel essencial da expansão da política de desenvolvimento social e combate à fome, principalmente do Programa Bolsa Família (PBF), na queda da pobreza e nas melhorias nas condições sociais (Jannuzzi e Pinto, 2013).

pessoas extremamente pobres e Aurelino Leal, 12,91%. Mascote ocupava a posição do município com maior percentual de extrema pobreza, 24,05%; contudo, Itabuna e Ilhéus continuavam ocupando a posição dos municípios com os menores percentuais de extrema pobreza, 6,12% e 6,86%, respectivamente. Entre 2000 e 2010, o território passou de situação de 24,25% para a condição de 10,64% de indivíduos classificados como extremamente pobres (tabela 4).

Os diferentes tipos de medida de renda e receita dos municípios do TLS também precisam ser avaliados, como indicador da dinâmica econômica. Em 2000, Itabuna apresentou a maior renda *per capita* (R\$ 419,50), seguida por Ilhéus (R\$ 348,88); todavia, Aurelino Leal registrou a mais inferior renda *per capita* (R\$ 123,46). Em 2010, Itabuna permaneceu com a maior renda *per capita* (R\$ 605,12), novamente seguida por Ilhéus (R\$ 579,46), mas nesse ano Itapitanga é que registrou a menor renda *per capita*, R\$ 225,10 (tabela 5). No Brasil, a renda *per capita* em 2000 era de R\$ 592,46; em 2010, atingiu R\$ 793,87.

Observando-se a variação da renda *per capita* entre 2000 e 2010, observa-se que Marau foi o município que mais experimentou aumento (113,93%), acompanhado de Uruçuca (105,46%) e Aurelino Leal (105,08%). Por sua vez, Canavieiras (32,19%), Floresta Azul (33,34%) e Camacan (35,99%) foram os municípios que registraram menor elevação da renda *per capita*. Considerando-se o território, essa renda aumentou de R\$ 193,55 para R\$ 327,44, variação de 69,17% (tabela 5). Tal percentual de crescimento foi muito acima da média brasileira, que se elevou apenas 34%.

Possivelmente, a explicação para a redução na desigualdade de renda entre os dois anos analisados pode encontrar sua explicação nos resultados apresentados, para um movimento mais geral da economia, no trabalho do Ipea (2012). Nesse trabalho, os pesquisadores destacaram que, no período da “década inclusiva”, a renda *per capita*, entre 2001 e 2011, “(...) dos 10% mais ricos aumentou 16,6% em termos acumulados, enquanto a renda dos mais pobres cresceu notáveis 91,2% no período” (Ipea, 2012, p. 6). Comportamento que impactou queda do índice de Gini nos onze anos analisados, passando de 0,584, em 2001, para 0,457, em 2011. Os dados do trabalho demonstram que a queda no índice de Gini no período é explicada pelo “trabalho (58%), Previdência (19%), Bolsa Família (13%), Benefício de Prestação Continuada (BPC 4%) e Outras rendas (6%) como aluguéis e juros” (Ipea, 2012, p. 7-8).

No caso da tabela 5, observa-se o percentual da renda proveniente de rendimentos do trabalho em cada município do TLS. Em 2000, os municípios mais dependentes da renda advinda do trabalho foram Itacaré (80,87%), Una (80,57%) e Arataca (80,01%); os menos dependentes da renda do trabalho consistiram-se nos municípios de Uruçuca (60,92%), Barro Preto (65,53%), Camacan (65,76%), Itapitanga (65,86%) e Itajuípe (65,97%). Em 2010, Itacaré permaneceu com o maior percentual da renda oriunda do trabalho, 78,29%; porém, algumas mudanças foram verificadas: Itabuna alcançou o segundo maior percentual da renda do trabalho (75,89%), seguido por Camacan (75,01%). Os menores percentuais foram registrados para Marau (53,19%), Floresta Azul (58,83%) e Almadina (58,9%).

TABELA 5
Renda e receitas – municípios do TLS (BA) (2000 e 2010)

Município	Renda per capita (R\$) (2000)	Renda per capita (R\$) (2010)	Renda per capita (Δ)	Renda do trabalho (%) (2000)	Renda do trabalho (%) (2010)	Receita tributária (%) (2000)	Receita tributária (%) (2010)	Receita de transferência (%) (2000)	Receita de transferência (%) (2010)
Almadina	165,85	265,39	60,02	71,33	58,90	1,82	1,32	97,99	97,76
Arataca	142,33	256,14	79,96	80,01	72,07	0,34	3,30	99,02	96,36
Aurelino Leal	123,46	253,19	105,08	71,05	69,82	0,00	-	0,00	-
Barro Preto	167,44	287,60	71,76	65,53	68,51	0,94	10,18	98,33	89,37
Buerarema	175,14	343,23	95,97	67,49	63,37	0,85	2,53	96,30	97,13
Camacan	258,72	351,84	35,99	65,76	75,01	1,61	8,77	97,68	89,55
Canavieiras	246,32	325,61	32,19	70,58	67,89	3,46	2,77	86,88	96,47
Coaraci	203,09	366,33	80,38	68,76	64,46	1,13	3,18	98,41	86,91
Floresta Azul	181,52	242,04	33,34	74,06	58,83	1,15	1,91	96,83	96,96
Ibicaraí	211,44	354,75	67,78	76,21	63,69	0,74	2,65	98,31	91,25
Ilhéus	348,88	579,46	66,09	72,52	71,15	9,50	11,66	83,93	85,49
Itabuna	419,51	605,12	44,24	74,92	75,89	8,27	12,55	88,79	82,76
Itacaré	165,24	323,30	95,65	80,87	78,29	2,73	10,49	96,67	87,96
Itaju do Colônia	190,09	276,93	45,68	78,04	71,14	0,71	2,35	98,35	94,36
Itajuípe	198,67	354,20	78,29	65,97	67,46	-	6,82	-	88,27
Itapé	151,96	285,13	87,63	76,53	65,81	0,91	2,41	96,34	97,20
Itapitanga	164,50	225,10	36,84	65,86	63,48	1,84	10,23	96,86	88,35
Jussari	167,77	290,22	72,99	71,08	60,87	0,47	5,62	96,68	91,91

(Continua)

(Continuação)

Município	Renda <i>per capita</i> (R\$) (2000)	Renda <i>per capita</i> (R\$) (2010)	Renda <i>per capita</i> (Δ)	Renda do trabalho (%) (2000)	Renda do trabalho (%) (2010)	Receita tributária (%) (2000)	Receita tributária (%) (2010)	Receita de transferência (%) (2000)	Receita de transferência (%) (2010)
Maraú	204,51	437,51	113,93	74,16	53,19	0,93	6,80	98,87	91,21
Mascote	143,91	272,97	89,68	69,14	71,92	1,07	5,69	98,86	93,78
Pau Brasil	187,70	296,08	57,74	76,83	69,29	0,31	2,14	99,55	96,02
Santa Luzia	139,11	267,88	92,57	72,56	72,01	0,70	3,39	98,47	96,32
São José da Vitória	142,64	250,42	75,56	66,02	64,86	0,41		98,57	
Ubaitaba	200,76	349,68	74,18	75,04	73,62	1,29	2,54	98,42	92,53
Una	161,71	303,78	87,85	80,57	73,73	2,04	7,96	96,58	91,33
Uruçuca	170,07	349,43	105,46	60,92	70,44	1,25	3,66	97,41	95,77
Total	5.032,34	8.513,33		1.871,81	1.765,70	44,48	130,91	2.314,09	2.215,04
Média simples	193,55	327,44	69,17	71,99	67,91	1,78	5,45	92,56	92,29
Média ponderada	283,89	457,93		72,76	71,02				

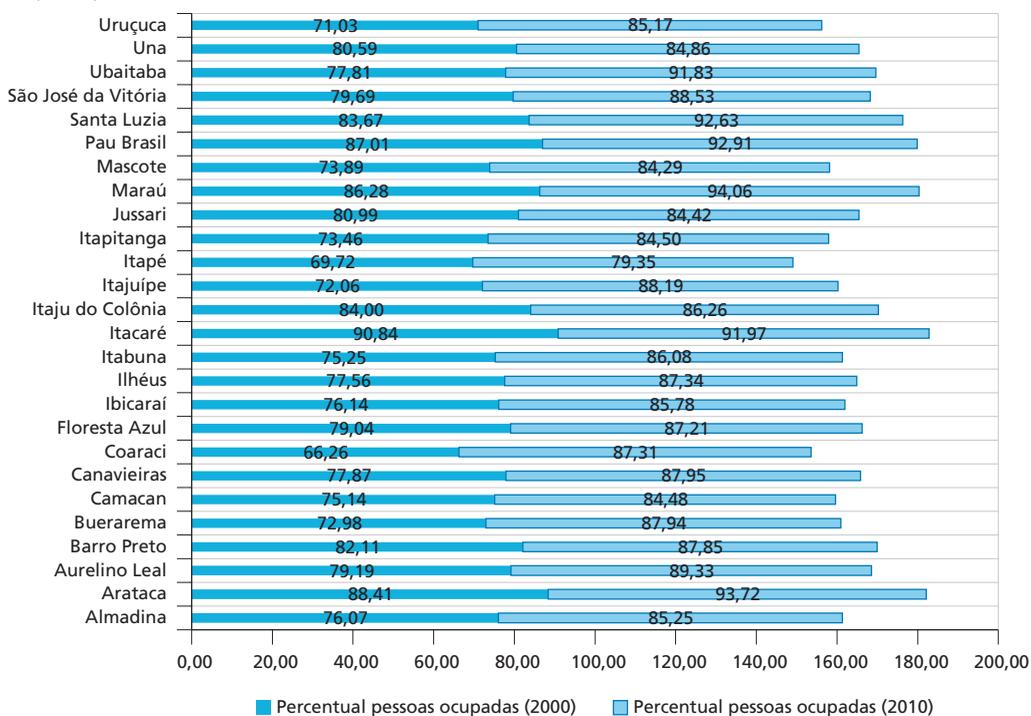
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 e Brasil (2010).
 Obs.: A renda *per capita* está apresentada em reais de 1º de agosto de 2010.

Entre 2000 e 2010, a grande maioria dos municípios (vinte entre os 26) reduziu o percentual da renda do trabalho, tais como: Almadina, Arataca, Aurelino Leal, Buerarema, Canavieiras, Coaraci, Floresta Azul, Ibicarai, Ilhéus, Itacaré, Itaju do Colônia, Itapé, Itapitanga, Jussari, Maraú, Pau Brasil, Santa Luzia, São José da Vitória, Ubaitaba e Una. Os demais municípios (seis entre os 26) aumentaram o percentual da renda originária do trabalho, a exemplo de: Barro Preto, Camacan, Itabuna, Itajuípe, Mascote e Uruçuca. Tratando-se do território, o percentual da renda oriunda do trabalho diminuiu de 71,99% para 67,91% (tabela 5).

Em 2000, os municípios do TLS com os maiores percentuais de pessoas ocupadas eram Itacaré (90,84%), Arataca (88,41%) e Pau Brasil (87,01%). Nesse ano, os com menores percentuais de ocupados eram Coaraci (66,26%) e Itapé (69,72%) (gráfico 2). Todavia, os municípios com maiores graus de formalização eram Itapitanga (52,55%), Itaju do Colônia (51,08%) e Itabuna (50,98%) (gráfico 3).

GRÁFICO 2
Pessoas ocupadas – municípios do TLS (BA) (2000 e 2010)

(Em %)



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013.

Entre 2000 e 2010, todos os municípios tiveram ampliado o percentual de pessoas ocupadas. Em 2010, os com maiores percentuais de ocupados eram Maraú (94,06%), Arataca (93,72%), Pau Brasil (92,91%) e Santa Luzia (92,63%). Nesse ano, Itapé destacou-se como o município com o menor percentual de ocupados, 79,35% (gráfico 2).

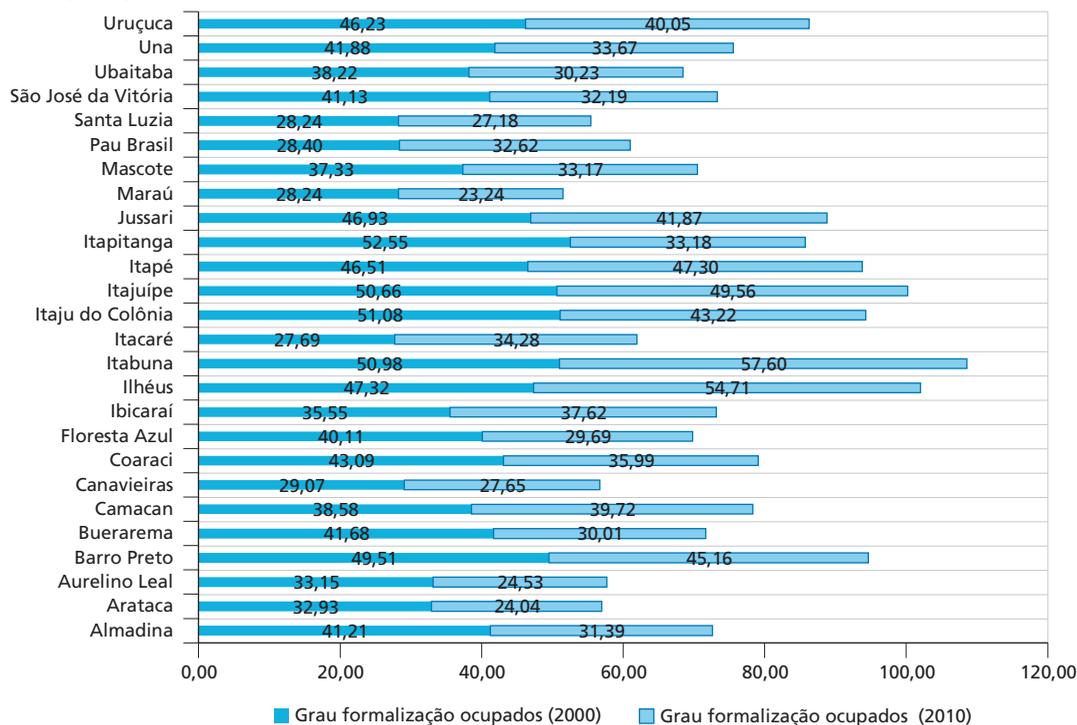
Nos anos referidos, a maior parte dos municípios experimentou redução do percentual dos ocupados formais. Em 2010, os municípios com os maiores níveis de formalização eram Itabuna (57,6%) e Ilhéus (54,71%); contudo, Maraú (23,24%), Arataca (24,04%) e Aurelino Leal (24,53%) eram os municípios com os menores graus de formalização (gráfico 3). É possível perceber – principalmente através das informações de Maraú e Arataca – que o aumento do número de ocupados não está estritamente associado à formalização, que, ao contrário, vem se reduzindo, sendo esta uma das questões mais

delicadas a ser tratada no referido território. Considerando-se o território, entre 2000 e 2010, o percentual de ocupados aumentou de 78,35% para 87,66%; porém, a formalização desses ocupados reduziu-se de 40,32% para 36,15% (gráficos 2 e 3).

GRÁFICO 3

Grau de formalização dos ocupados – municípios do TLS (BA) (2000 e 2010)

(Em %)



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013.

A tabela 5 também traz informações das receitas dos municípios do TLS. Da receita corrente, a receita tributária revela a capacidade de geração de renda própria e, por isso, o dinamismo econômico do município; porém, a receita de transferência indica o nível de dependência de recursos externos ao município. Embora com percentuais reduzidos, em 2000, Ilhéus (9,5%) e Itabuna (8,27%) eram os municípios com os maiores percentuais de receitas tributárias. Nesse ano, Pau Brasil (0,31%), Arataca (0,34%) e São José da Vitória (0,41%) registraram ínfima capacidade de receita própria.

Em 2010, Itabuna (12,55%) e Ilhéus (11,66%) permaneceram com os maiores percentuais de receitas tributárias, período em que Itacaré (10,49%), Itapitanga (10,23%)

e Barro Preto (10,18%) passaram a experimentar maior dinamismo e ampliaram o percentual da receita tributária. Nesse ano, Almadina (1,32%) e Floresta Azul (1,91%) eram os municípios com menor capacidade de geração de receitas tributárias (tabela 5).

Embora em situação longe do ideal, em 2000, os municípios com menores percentuais das receitas de transferência e, por isso, menos dependentes eram Ilhéus (83,93%), Canavieiras (86,88%) e Itabuna (88,79%); por sua vez, os mais dependentes eram os municípios de Pau Brasil (99,55%) e Arataca (99,02%). Em 2010, Itabuna (82,76%) e Ilhéus (85,49%) continuaram como os municípios com os menores percentuais de receitas de transferências e, por isso, economicamente mais dinâmicos. Nesse ano, Almadina (97,76%), Itapé (97,2%) e Buerarema (97,13%) registraram os maiores percentuais da receita de transferência, o que indicava maior dependência de recursos externos (tabela 5).

A baixa capacidade de obter receitas próprias vem resultando em significativa dificuldade para que os pequenos municípios do TLS sejam de fato proponentes dos projetos de infraestrutura (Proinfs) do MDA, pois tais projetos exigem contrapartida municipal e, ao mesmo tempo, o município precisa estar adimplente para serem os proponentes junto à esfera federal nos projetos dos editais dos Proinfs. Em entrevista estruturada realizada com o coordenador do TLS, foi ressaltada a dificuldade de executar projetos Proinfs no território pela inadimplência de muitas prefeituras, que não se enquadram no sistema de convênios do governo federal (Siconv), sendo esse o formato exigido.

Além de ser um TI e um TC, o TLS é classificado como TR; por isso, torna-se necessário pontuar algumas características dos estabelecimentos agropecuários dos seus municípios. Por meio do índice de Gini – estrutura fundiária,⁹ é possível verificar que, em 1995 e 2006, existe no referido território significativa concentração de terras. Em 1995, Itapitanga (0,814), Floresta Azul (0,798) e Itacaré (0,790) apresentavam concentração forte a muito forte da propriedade da terra, enquanto Barro Preto (0,515) e São José da Vitória (0,561) revelavam concentração média a forte da propriedade da terra. Em 2006, Una (0,858) e novamente Itapitanga (0,831) foram os municípios com concentração forte a muito forte da posse da terra; Ibicarai (0,533), Barro Preto (0,545), Itajuípe (0,569) e Buerarema (0,580) consistiram-se nos municípios com concentração média a forte da posse da terra (tabela 6).

9. Faixas do índice de Gini: 0,000 a 0,100 (concentração nula); 0,101 a 0,250 (concentração nula a fraca); 0,251 a 0,500 (concentração fraca a média); 0,501 a 0,700 (concentração média a forte); 0,701 a 0,900 (concentração forte a muito forte); 0,901 a 1,000 (concentração muito forte à absoluta) (Cerqueira, 2015).

Por certo, a significativa concentração de terras, junto com a crise da lavoura cacauceira, ajuda a explicar o aumento da luta pela terra que se acentuou na década de 1990. Segundo o coordenador do TLS, é forte a presença de movimentos pela luta da terra no território e significativo o número de assentamentos.

Tratando-se de indicadores do potencial agropecuário – especificamente quanto à modernização das propriedades em termos de acesso à energia elétrica e à assistência técnica –, entre 1995 e 2006, algumas alterações foram verificadas. Em 1995, os municípios com os maiores percentuais de estabelecimentos agropecuários com acesso à energia elétrica eram Barro Preto (54,62%) e Itajú do Colônia (50,67%). Contudo, em Canavieiras (11,89%) e Itacaré (12,77%), os percentuais de estabelecimentos com esse tipo de modernização eram muito reduzidos. Em 2006, Barro Preto (65,24%) permaneceu com um dos maiores percentuais de estabelecimentos com energia elétrica, mas Itabuna (69,99%) destaca-se nesse quesito. Canavieiras (22,86%) e Itacaré (25,94%) continuaram com os menores percentuais de estabelecimentos modernizados, embora tenham ampliado o acesso (tabela 6).

A tabela 6 indica que, em 1995, Itabuna (64,85%) e Barro Preto (53,36%) eram os municípios com os maiores percentuais de estabelecimentos agropecuários com acesso à orientação técnica; por sua vez, São José da Vitória (2,56%), Itapé (3,07%) e Una (3,34%) eram os mais carentes dessa forma de modernização. Em 2006, a situação piorou para quase a totalidade dos municípios, porque houve redução do percentual de estabelecimentos com acesso à assistência técnica. Nesse último ano, em Itacaré (1,21%) e Ubaitaba (1,71%), foram raros os estabelecimentos acompanhados por técnicos; em Camacan (21,9%), Ibicaraí (20,95%) e Itajú do Colônia (20,16%) é que se registraram os maiores percentuais de estabelecimentos assessorados, mas com percentuais muito aquém do necessário à modernização do setor agropecuário dos referidos municípios.

Analisando-se a dinâmica econômica do TLS – por meio do valor agregado bruto (VAB) –, é possível observar que a participação da atividade agropecuária em relação ao VAB era reduzida para um TR, mas próxima da média estadual e nacional; em 2010, a participação do setor no VAB foi de 6,54% no TLS, 7,22% no estado e 5,30% no Brasil, com tendência de queda em relação a 2000. Entretanto, a distribuição entre os municípios era diferenciada, pois, em 2010, Arataca (36,75%) e Itaju do Colônia (28,99%)

eram os municípios com os maiores percentuais de participação da agropecuária no VAB; por sua vez, Ilhéus (4,74%) e Itabuna (apenas 0,70%) eram os com menor peso da agropecuária. De forma geral, a agropecuária tinha peso significativo para dezessete municípios, com valores acima do dobro da participação registrada para a média do território (tabela 7).

TABELA 6
Características dos estabelecimentos agropecuários – municípios do TLS (BA) (1995 e 2006)

Município	Índice de Gini – estrutura fundiária (1995)	Índice de Gini – estrutura fundiária (2006)	Estabelecimentos com energia elétrica (%) (1995)	Estabelecimentos com energia elétrica (%) (2006)	Estabelecimentos com orientação técnica (%) (1995)	Estabelecimentos com orientação técnica (%) (2006)
Almadina	0,687	0,655	36,21	56,50	22,63	6,28
Arataca	0,626	0,626	36,01	47,23	30,66	16,76
Aurelino Leal	0,737	0,696	33,27	55,51	10,65	12,33
Barro Preto	0,515	0,545	54,62	65,24	53,36	6,19
Buerarema	0,626	0,580	28,38	56,98	26,10	11,66
Camacan	0,601	0,634	43,53	52,93	12,69	21,90
Canavieiras	0,726	0,746	11,89	22,86	6,30	6,10
Coaraci	0,696	0,648	29,81	34,79	31,39	6,68
Floresta Azul	0,798	0,715	28,79	40,31	15,66	7,49
Ibicarai	0,663	0,533	34,10	58,45	10,20	20,95
Ilhéus	0,703	0,712	40,20	53,97	8,84	8,79
Itabuna	0,775	0,721	33,13	69,99	64,85	15,06
Itacaré	0,790	0,743	12,77	25,94	8,37	1,21
Itaju do Colônia	0,612	0,635	50,67	55,97	40,81	20,16
Itajuípe	0,656	0,569	33,69	51,98	18,50	14,61
Itapé	0,716	0,660	37,88	55,29	3,07	6,01
Itapitanga	0,814	0,831	21,14	31,69	18,76	11,74
Jussari	0,740	0,776	33,78	40,43	22,16	18,60
Maraú	0,777	0,763	13,94	26,76	8,76	2,54
Mascote	0,661	0,649	24,31	33,09	17,19	4,60
Pau Brasil	0,698	0,730	36,08	52,42	33,33	4,09
Santa Luzia	0,653	0,672	17,85	30,83	20,54	6,58
São José da Vitória	0,561	0,732	29,49	31,16	2,56	3,02
Ubaitaba	0,706	0,737	42,95	39,14	33,44	1,71
Una	0,674	0,858	19,44	32,42	3,34	6,47
Uruçuca	0,647	0,723	33,95	50,07	18,16	7,76
Total	17,859	17,888	817,88	1.171,93	542,35	249,29
Média simples	0,687	0,688	31,46	45,07	20,86	9,59
Média ponderada	0,703	0,713	28,09	41,55	14,70	8,17

Fonte: IBGE (2013).

Já a participação da atividade industrial do TLS no VAB era reduzida (23,40%) e abaixo da participação desse setor verificada para o Estado (30,28%). Os municípios de Ilhéus (34,28%) e Itajuípe (33,32%) eram os de maior participação do setor industrial no VAB do território, enquanto Arataca (7,84%) e Almadina (9,26%) eram os de menor participação. O setor de serviços era o principal setor – segundo o VAB – atingindo 70,06% no TLS, bem superior à participação do setor no VAB do Estado (62,50%). Entre os municípios, de um lado, estavam Buerarema (83,67%) e Ubaitaba (80,54%), com o maior peso no setor de serviços, e, de outro, Arataca (55,41%) e Itajuípe (57,04%), com o menor peso (tabela 7).

TABELA 7
Participação dos setores econômicos no VAB – Brasil, Bahia, TLS e municípios do TLS
(2000 e 2010)
(Em %)

Divisão geográfica/ participação sobre o VAB	Participação sobre o VAB							
	Agropecuária		Indústria		Serviços		Serviços administrativos	
	(2000)	(2010)	(2000)	(2010)	(2000)	(2010)	(2000)	(2010)
Brasil	5,60	5,30	27,73	28,07	66,67	66,63	14,93	16,20
Bahia	8,78	7,22	28,86	30,28	62,36	62,50	15,67	17,31
TLS	7,26	6,54	21,63	23,40	71,11	70,06	21,64	22,33
Almadina	24,90	23,38	8,96	9,26	66,14	67,36	41,72	43,85
Arataca	30,38	36,75	8,77	7,84	60,85	55,41	38,95	33,57
Aurelino Leal	22,05	19,68	9,64	10,93	68,31	69,39	41,69	45,08
Barro Preto	23,58	21,71	11,22	9,59	65,22	68,70	41,79	41,67
Buerarema	8,19	6,24	8,99	10,09	82,82	83,67	25,37	31,50
Camacan	4,05	7,74	11,58	15,26	84,37	77,00	35,67	35,16
Canavieiras	20,56	19,53	11,96	11,11	67,48	69,36	36,06	35,51
Coaraci	11,71	9,83	10,91	11,07	77,38	79,10	40,40	39,19
Floresta Azul	22,72	18,38	9,39	10,78	67,89	70,84	40,12	43,87
Ibicaí	10,84	7,04	11,71	13,27	77,46	79,69	38,99	41,36
Ilhéus	5,02	4,74	32,00	34,28	62,98	60,98	15,84	16,15
Itabuna	0,76	0,70	18,45	22,06	80,78	77,23	15,44	15,02
Itacaré	12,99	16,09	14,63	12,33	72,37	71,58	37,27	41,16
Itaju do Colônia	25,46	28,99	10,42	9,57	64,11	61,45	38,02	37,56
Itajuípe	14,68	9,64	29,03	33,32	56,29	57,04	23,82	27,23
Itapé	20,40	19,86	10,61	10,31	68,98	69,84	44,30	42,18
Itapitanga	24,50	17,54	8,95	10,23	66,54	72,22	40,93	47,26
Jussari	18,91	22,52	16,43	11,76	64,66	65,72	41,41	40,87
Maraú	30,32	24,82	8,58	10,52	61,10	64,66	39,12	40,13

(Continua)

(Continuação)

Divisão geográfica/ participação sobre o VAB	Participação sobre o VAB							
	Agropecuária		Indústria		Serviços		Serviços administrativos	
	(2000)	(2010)	(2000)	(2010)	(2000)	(2010)	(2000)	(2010)
Mascote	19,53	17,39	11,56	10,81	68,91	71,80	42,01	43,64
Pau Brasil	22,45	19,16	10,69	11,15	66,86	69,69	42,59	45,67
Santa Luzia	20,22	17,66	10,47	11,01	69,31	71,33	45,40	46,90
São José da Vitória	20,66	9,40	9,82	11,61	69,52	78,99	44,94	49,69
Ubaitaba	4,24	5,05	23,05	14,41	72,71	80,54	30,11	29,01
Una	32,36	23,47	9,35	11,68	58,29	64,84	28,70	35,23
Uruçuca	14,92	14,09	11,02	16,33	74,06	69,58	43,31	39,40

Fonte: IBGE (2013).

Ainda é importante observar que, no TLS, o setor de serviços, representa uma parte significativa, os pertencentes aos serviços administrativos (22,33%), enquanto no estado essa participação era menor (17,31%). Para os municípios mais dinâmicos e com pesos em outros setores, a parte dos serviços administrados é menor – como é o caso de Ilhéus (16,15%) e Itabuna (15,02%) –, já os municípios menos dinâmicos registram maior peso nos serviços administrados; nesse caso, os 24 restantes apresentaram percentuais superiores à média territorial, com destaque para São José da Vitória, que chegou a 49,69%, e Itapitanga, que atingiu 47,26% (tabela 7).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A histórica situação de pobreza e desigualdade regional existente no estado da Bahia passou a ser enfrentada, em boa medida, pelas políticas públicas territoriais rurais. Neste trabalho, procurou-se analisar a evolução das características geográficas, demográficas e socioeconômicas dos municípios que compõem o TLS. Pelas características geográficas e demográficas, foi possível compreender que – à exceção de Itabuna – os municípios do território apresentam perfil rural; porém, a extensa área e elevada população têm dificultado a coesão territorial para a construção de um pacto territorial capaz de dar maior dinamismo econômico ao território.

De maneira geral, os indicadores sociais apontam para melhoria da situação de pobreza, por exemplo. Os dados indicam que, entre 2000 e 2010, todos os municípios ampliaram o IDH, com destaque para Itabuna e Ilhéus. O IDH do território aumentou de 0,481 (desenvolvimento muito baixo) para 0,646 (médio desenvolvimento).

Nesse período, houve redução do percentual de analfabetos, aumentou a expectativa de vida e diminuiu a mortalidade infantil; todos os municípios registraram significativa redução da pobreza e da extrema pobreza.

No período analisado, a renda *per capita* do TLS aumentou de R\$ 193,55 para R\$ 327,44, variação de 69,17%. A grande maioria dos municípios, vinte entre os 26, reduziu o percentual da renda do trabalho. Em todos os municípios, foi diminuído o percentual das receitas tributárias e, por isso, elevada a dependência das receitas de transferência; os municípios com maiores receitas próprias e maior dinamismo econômico foram Itabuna e Ilhéus. Também foi ampliado o percentual de pessoas ocupadas no território, mas foi reduzido o percentual de pessoas formalizadas.

Tanto em 1995 como em 2006, havia no TLS significativa concentração de terras e forte movimento pela reforma agrária. Nesse período, foi ampliado o acesso à energia elétrica, mas reduzida a acessibilidade à assistência técnica, que consistia em medidas de modernização dos estabelecimentos agropecuários, essenciais ao melhor desempenho dos empreendimentos rurais.

De forma geral, os municípios com menor dinamismo no TLS possuem maior participação do setor agropecuário e elevado peso do setor de serviços concentrados no setor público; ao mesmo tempo, os municípios possuem baixa capacidade de arrecadação própria, dependendo das transferências, situação que limita sua atuação do executivo local.

Portanto, os resultados apontam que, no decorrer dos anos, as condições socioeconômicas do TLS melhoraram; porém, ainda existem indicadores que impedem classificar o território como desenvolvido. Concomitantemente, os resultados obtidos no trabalho encontram-se respaldados nos trabalhos de Silveira Neto e Azzoni (2013), como também nos de Hoffmann (2013). Ademais, é preciso reconhecer que a realidade socioeconômica naquele território requer outros programas de políticas públicas, confirmados por estudos que demonstram sua importância na redução da pobreza e da desigualdade, bem como na melhoria das condições de vida, para além das políticas territoriais rurais.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Para uma teoria de estudos territoriais. *In*: MANZANAL, M.; NEIMAN, G.; LATUADA, M. **Desarrollo rural: organizaciones, instituciones y territorios**. Buenos Aires: Ciccus, p. 51-70, 2006.
- BAHIA. Secretaria do Planejamento. **Plano Plurianual – PPA 2008-2011**. Salvador, 2007. Disponível em: <<http://www.seplan.ba.gov.br>>. Acesso em: 5 jan. 2014.
- BRANDÃO, C. A. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas: Unicamp, 2007.
- _____. **Visões teóricas sobre desenvolvimento regional e a questão das escalas (mundial, nacional, subnacional e local) nas políticas regionais contemporâneas**. 2011. Mimeografado.
- BRASIL. Decreto de 25 de fevereiro de 2008. Presidência da República. Institui o Programa Territórios da Cidadania. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Casa Civil**. 2008.
- _____. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Finanças do Brasil: dados contábeis dos municípios – Ano 2010**, v. 56, 2010.
- CERQUEIRA, C. A. **Políticas públicas de desenvolvimento territorial rural: uma análise da delimitação dos territórios rurais do estado da Bahia, segundo a tipologia municipal**. 2015. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.
- CORREA, V. P.; SILVA, F. F.; NEDER, H. D. Índice de desenvolvimento rural e políticas públicas – análise das liberações do PRONAF nas regiões Nordeste e Sul do Brasil. *In*: ORTEGA, A. C. (Org.). **Território, políticas públicas e estratégias e desenvolvimento**. Campinas: Alínea. 2007.
- ELLIS, F. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford: Oxford University, 2000.
- GIL, A. C. **Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias**. São Paulo: Atlas, 2000.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- HOFFMANN, R. Transferências de renda e desigualdade no Brasil (1995-2011). *In*: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (Orgs.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013.
- IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **A década inclusiva (2001-2011): desigualdade, pobreza e políticas de renda**. Brasília, set. 2012. (Comunicados do IPEA, n. 155).

JANNUZZI, P. M.; PINTO, A. R. Bolsa Família e seus impactos nas condições de vida da população brasileira: uma síntese dos principais achados da pesquisa de avaliação de impacto do Bolsa Família II. *In*: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (Orgs.). **Programa bolsa família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: IPEA, 2013.

JESUS, C. M. **Desenvolvimento territorial rural**: análise comparada entre os territórios constituídos autonomamente e os induzidos pelas políticas públicas no Brasil e na Espanha. 2013. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

LACERDA, F. C. C. **A pobreza da Bahia sob o prisma multidimensional**: uma análise baseada na abordagem das necessidades básicas e na abordagem das capacitações. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

LIMA, M. C. **Monografia**: a engenharia da produção acadêmica. São Paulo: Saraiva, 2004.

ORTEGA. A. C. **Territórios deprimidos**. Campinas: Alínea; Uberlândia: Edufu, 2008.

_____. **Desenvolvimento, inovação e difusão de tecnologia em territórios rurais**. IE/UFU, 2011.

PERICO, R. E. **Identidade e território no Brasil**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2009.

POMPONET, A. S. **Plano Plurianual Participativo 2008-2011 na Bahia**: uma análise. 2012. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

SCHEJTMAN, A.; BERDEGUÉ, J. **Desarrollo territorial rural**. Santiago de Chile: Rimisp, feb. 2003, 54 p.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre. Ano 6, n.11, p. 88-125, jan./jun. 2004.

SILVA, F. P. M. S. **Desenvolvimento territorial**: a experiência do Território do Sisal na Bahia. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

SILVEIRA NETO, R. M.; AZZONI, C. R. Os programas sociais e a recente queda da desigualdade regional de renda no Brasil, p.217-232. *In*: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (Orgs.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAMPELLO, T. Uma década derrubando mitos e superando expectativas, *In*: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (Orgs.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: IPEA, p.15-24, 2013.

SITES

ATLAS do desenvolvimento humano no Brasil, 2013. Disponível em: <<http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/>>. Acesso em: 10 out. 2014.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sidra. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/home/ipp/brasil>>. Acesso em: 10 set. 2013.

EDITORIAL

Coordenação

Cláudio Passos de Oliveira

Supervisão

Everson da Silva Moura

Reginaldo da Silva Domingos

Revisão

Clícia Silveira Rodrigues

Idalina Barbara de Castro

Leonardo Moreira Vallejo

Marcelo Araujo de Sales Aguiar

Marco Aurélio Dias Pires

Olavo Mesquita de Carvalho

Regina Marta de Aguiar

Alessandra Farias da Silva (estagiária)

Lilian de Lima Gonçalves (estagiária)

Luiz Gustavo Campos de Araújo Souza (estagiário)

Paulo Ubiratan Araujo Sobrinho (estagiário)

Pedro Henrique Ximendes Aragão (estagiário)

Editoração

Bernar José Vieira

Cristiano Ferreira de Araújo

Daniella Silva Nogueira

Danilo Leite de Macedo Tavares

Jeovah Herculano Szervinsk Junior

Leonardo Hideki Higa

Herlyson da Silva Souza (estagiário)

Capa

Luís Cláudio Cardoso da Silva

Projeto Gráfico

Renato Rodrigues Bueno

The manuscripts in languages other than Portuguese published herein have not been proofread.

Livraria Ipea

SBS – Quadra 1 - Bloco J - Ed. BNDES, Térreo.

70076-900 – Brasília – DF

Fone: (61) 2026-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Missão do Ipea

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.



ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DO
**PLANEJAMENTO,
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO**

